



GRUPO PARLAMENTAR

Projeto de Resolução nº 855/XIV/2.^a

Recomenda ao Governo ações de valorização de sistemas agrícolas tradicionais em culturas perenes, com especial enfoque no olival

Exposição de motivos

A modernização da produção agrícola nacional, ao longo das décadas, tornou-a não só mais competitiva, como assente em padrões de qualidade e segurança alimentar muito exigentes.

Em Portugal a vasta diversidade cultural em termos agrícolas nas diferentes regiões do território confunde-se com as várias produções locais e regionais, consolidando um património único, em termos mundiais. A aposta na valorização de produtos endógenos, e de alimentos provenientes de processos tradicionais, que perduraram gerações, incorporando a modernidade, a tecnologia e a inovação necessária à sua promoção e divulgação são essenciais para consolidar a atratividade das regiões e dos produtos em si.

Cada uma das regiões e sub-regiões do território português tem associado um extenso leque de produtos agroalimentares típicos, alguns deles reconhecidos em termos internacionais, de qualidade superior, através de designações uniformizadas na União Europeia, como é do caso de produtos DOP e/ou IGP (Denominação de Origem Protegida/ Indicação Geográfica Protegida) ou ainda EGT (Especialidade Tradicional Garantida).

Contudo, apesar da certificação da qualidade ter sido crucial na remuneração pelo mercado, os produtos agrícolas nacionais classificados deparam-se com vários desafios ao nível do escoamento e da comercialização.



GRUPO PARLAMENTAR

O GP/PSD entende que para ultrapassar estes desafios é necessário criar políticas públicas que apostem na diferenciação e na qualidade dos produtos agrícolas e alimentares nacionais, de modo a incentivar o seu consumo, através de um programa que incorpore diversas ações que os valorize.

No entender do GP/PSD, é necessário estabelecer ações que ajudem o consumidor a identificar o local de origem dos alimentos consumidos, como é a rotulagem, bem como ações de divulgação de produtos locais e regionais, em detrimento de outras origens, contribuindo para a redução da pegada ecológica dos alimentos e promovendo, ainda, modelos de economia circular.

Acresce que é desejável incentivar outras formas de escoamento como são os mercados de proximidade, por forma a melhorar o escoamento das pequenas produções e dinamizar as economias locais.

A produção de azeite é um exemplo claro da necessidade de uma política pública que promova os territórios do interior, contribuindo para diminuir a assimetria regional, uma vez que incide em agentes económicos localizados maioritariamente no interior do país.

O sistema de certificação de azeite oferece garantias ao consumidor, graças a um mecanismo de certificação, que valida as características ou atributos do método/sistema de produção, em conformidade com um caderno de especificações. Assim, o azeite nacional classificado é considerado um produto de elevada qualidade, bem como os sistemas produtivos associados.

Neste sentido, o PSD entende que no âmbito das normas a definir internamente sobre a Política Agrícola Comum (PAC) para o período pós 2023, devem ser asseguradas medidas que valorizem produções agrícolas tradicionais, nomeadamente através de apoios direcionados a sistemas produtivos específicos, como é o caso do olival tradicional.



GRUPO PARLAMENTAR

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresentam o seguinte projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

- 1- Apresente, em 2021, um conjunto de ações que valorize os produtos agrícolas nacionais, em particular os abrangidos pelos sistemas de certificação comunitários, através de novas ações de promoção e divulgação, no sentido de incentivar o seu escoamento.
- 2- Incentivar e apoiar os procedimentos para obter a certificação com selos existentes (DOP; IGP; ETG) no sentido de valorizar no mercado produtos tradicionais de qualidade, em particular o azeite proveniente de sistemas de produção tradicional.
- 3- Estude, no âmbito das normas a definir pelo Estado-membro sobre a Política Agrícola Comum (PAC) pós 2023, medidas que garantam apoios a produções agrícolas tradicionais, nomeadamente ao olival tradicional.

Palácio de São Bento, 13 de janeiro de 2021.

As/Os Deputadas/os,

Catarina Rocha Ferreira, Emília Cerqueira, António Lima Costa, João Marques, Cristóvão



GRUPO PARLAMENTAR

Norte, João Moura, Paulo Leitão, Carlos Eduardo Reis, Maria Germana Rocha, Afonso Oliveira, Carla Barros, Nuno Carvalho, Rui Cristina, Rui Silva, Sara Madruga da Costa,
Ilídia Quadrado